

HENRI LEFEBREV : Autogestão, Socialismo e Cotidiano

Introdução:

O tema da relação entre marxismo e autogestão social é complexo. Por exemplo, o marxista francês Henry Lefebvre, um dos teóricos da autogestão, afirma que não encontramos em Marx, de forma sistemática, o tema da autogestão.

Outros marxistas, como Roger Garaudy, afirma que a autogestão é o “leitmotiv” de toda a obra de Marx. Muitos outros, como Raya Danavskaya ou M. Rubel, relacionam a obra de Marx com as lutas sociais pela autogestão, como por exemplo, a Comuna de Paris.

Contudo, quando se busca no próprio H. Lefebvre o tema da autogestão, nos surpreendemos. Por exemplo, M. Trebisch na obra “Autogestion, la dernière utopie” (2003), afirma:

“Não se deve exagerar a importância da noção de autogestão para Henri Lefebvre. Há entre um e outro relações frouxas, um tipo de convivência geral, mas em surdina. Podemos mesmo nos divertir pelo fato que após o ensaio teórico que abre, em 1966, o primeiro número da revista **Autogestion**, Lefebvre só publique de dez em dez anos – em 1976 e em 1986- seus únicos ensaios que abordam diretamente a autogestão(...). E, portanto, certos dos temas característicos do discurso e do pensamento autogestionários atravessam em filigrana toda a obra de Henri Lefebvre, do início ao fim seríamos tentados a precisar, ao ponto que poderíamos sustentar que a autogestão é uma noção consubstancial a seu pensamento”, declara Michel Trebisch em seu ensaio “H. Lefebvre et l’ autogestion”. (2003).

Segundo M. Trebisch, “Para Lefebvre, a autogestão não é uma palavra muito corrente porque outros conceitos, tais como comunidades, homem total, apropriação, vida cotidiana, aparecem em definitivo mais eficazes em relação à seu próprio Projeto teórico” (ibid-p.66).

A autogestão é uma “visão de mundo”, estruturada em um amplo campo conceitual articulados de forma orgânica. Como veremos a ideia de “comunidade”, ou de vida cotidiana, ou apropriação, como Trebisch destaca na obra de Lefebvre, são constitutivos da ideia de autogestão comunal.

Enfim, entre idas e vindas, tal como em H. Lefebvre, nos parece que a autogestão é parte integrante da obra de Marx. E, a ideia aparece associada a temas como Utopia, Ética, Socialismo, Comuna, entre outros, formando uma “Visão de Mundo” romântico-revolucionária (M. Lowy)

Henri Lefebvre, em seu livro sobre o “Estado”, traçou as origens das cidades: “Antes do capitalismo, a cidade era já um espaço de encontros, de acolhimento, de convergências, dotado deste modo de um caráter ‘sagrado’ que se expressava nos locais religiosos: templos, cúpulas e fontes, catedrais, etc. No momento da formação do capitalismo, que se constituiu fora das cidades mais antigas, a reunião das unidades de produção ainda artesanais na cidade é análoga a reunião dos instrumentos e máquinas (ofícios a tecer, etc) no atelier e na manufatura. A cidade já era força produtiva. Ela não fica fora das relações de produção, muito menos das relações de propriedade. O espaço produzido é também produtor : instrumento e não forma passiva, inerte, indiferente ao conteúdo.

Nunca é demais insistir na alta complexidade das relações entre ‘a sociedade’, cidadãos e habitantes, e a cidade, o urbano, o espaço. Para o indivíduo, a cidade que o cerca é ao mesmo tempo lugar de desejo (dos desejos: o que os desperta, os multiplica, os intensifica) e o conjunto das pressões que pesam sobre os desejos, que inibem o desejo. É no urbano que se instala, se institui ‘o cotidiano’. Entretanto, a cidade suscita o sonho e o imaginário (que exploram o possível e o impossível, os efeitos da riqueza e da potência). As relações consideradas são ao mesmo tempo formais e reais, práticas e simbólicas. A cidade e o espaço têm funções múltiplas, mas estas funções não esgotam o real; de modo que, o espaço e a cidade são ao mesmo tempo ser poético e pressão duramente positiva. Os comportamentos se descrevem, os desejos se dizem, se expressam; a cidade e o urbano suscitam ao mesmo tempo um saber e um lirismo. O urbano, a cidade e seus contornos, o espaço concerne e circundante, FORMAM UMA TOTALIDADE PARCIAL E ABERTA –grifo nosso-, ela mesma nível de totalidades mais vastas (a nação, o território nacional, o Estado)”.

Lefebvre chega a falar de uma “Historia do espaço”. Propõe uma classificação do espaço que corresponde, aproximadamente, à sequência de modos de produção segundo Marx:

- espaço analógico: - a comunidade primitiva:

Foi mais complexa do que Marx a analisou, com combinações de formas sociais; padres e feiticeiros, chefes de guerra, linhagens, consanguinidades e territorialidades se cruzavam. Podemos, no conjunto, caracterizar a ocupação do espaço – o espaço ocupado por estas sociedades- como espaço analógico. A cidade e sua organização representam ou reproduzem um corpo divino, que é projeção do corpo humano.

- espaço cosmológico: modo de produção antigo:

está ligado a um espaço cosmológico. Os objetos monumentais se agrupam de forma a propor uma imagem do cosmos. A cidade é um ‘imago mundi’. A cidade compreende, no modo de produção antigo ou asiático, um lugar marcado por um monumento, obelisco ou pedra, considerado como o centro do mundo, em torno do qual se constrói uma representação do espaço dominado.

- espaço simbólico: modo de produção feudal:

A cidade medieval detém uma outra forma de espaço, o espaço simbólico. O espaço destas cidades, o das catedrais é preenchido por símbolos religiosos. A passagem do espaço cosmológico ainda marcado pelas igrejas romanas ao espaço simbólico das catedrais góticas, estas simbolizam a emergência da cidade acima do solo e o élan da sociedade inteira para a claridade tida como o Logos, o Verbo, o Cristo.

- espaço perspectivo: se bem que não entra na classificação dos modos de produção, esse espaço merece que analisemos pois entra em nossos hábitos, em nossa linguagem, e na aurora dos tempos modernos há crise de todos os referenciais. É um erro ainda pensar em termos de espaço perspectivo, pois desde 1910, a pintura de Kandinsky, a de Klee e a do cubismo analítico, nos adverte que há ruptura do espaço perspectivo. A linha do horizonte desapareceu nos pintores como o encontro de paralelas ao infinito.

O espaço perspectivo nasceu com o Renascimento, em Toscana, onde as cidades adquiriam importância: Florença, Siena, Lucques e Pisa. Sobre a base do capital comercial se instala nas cidades um capital bancário. Os banqueiros de Florença, Siena ou de Pisa adquirem dos senhores feudais seus domínios e os transformam. À exploração pelos servos, a substituem pela exploração dos meeiros que dividem a colheita com os proprietários. O meeiro é um progresso em relação ao servo; livre, ele divide sua colheita com o proprietário da terra; ele tem, portanto, interesse em produzir o mais possível. Os banqueiros, donos das cidades toscanas, têm necessidade de colheitas grandes para alimentar o mercado das cidades. Por sua posição, eles são beneficiários deste progresso que os camponeses. Estes banqueiros, como os Medicis, constroem no campo seus palácios;

- espaço capitalístico: para o espaço perspectivo, o espaço da catástrofe será o espaço capitalístico. Com um começa a ruína do outro. O fenômeno é visível desde o cubismo analítico de Picasso e a pintura de Kandinsky. Esta ruína do espaço perspectivo é caracterizada pelo fato que um monumento, uma arquitetura, um objeto qualquer se situa em um espaço homogêneo e não mais em um espaço qualificado (qualitativo): em um espaço visual que permite o olhar e circular em volta. Picasso, Klee e os membros da Bauhaus têm simultaneamente descoberto que podemos representar os objetos no espaço, de modo que eles não têm mais face ou fachada privilegiada.”

Para Lefebvre, “O modo de produção atual se caracteriza pelo espaço de controle estatal, simultaneamente espaço de trocas. O Estado tende, por seu controle, a acentuar o caráter homogêneo, quebrado pelas trocas. Um tal espaço pode também ser definido como ótico e visual... No espaço moderno, o corpo não tem mais presença; ele é apenas ‘representado’, no meio espacial reduzido aos componentes óticos. Este espaço é também fálico... Fálico, ótico, visual, lógico-logístico, homogêneo e quebrado, global e fragmentado, assim se nomeiam e se concebem os caracteres do espaço do MPE”.

Henri Lefebvre tentou sistematizar os “problemas teóricos da autogestão”. Suas idéias são estimulantes e importantes na perspectiva de tentarmos situar em um quadro teórico as experiências históricas.

Para Lefebvre, “O conceito e a prática da autogestão contribuem com uma resposta original ao problema posto por Marx da socialização dos meios de produção”. Todavia, a partir das experiências existentes da ‘planificação autoritária e centralizada’ nos países do Leste e na URSS, a autogestão não dá conta desta problemática. Lefebvre, então, salienta que “a autogestão nada tem de mágica, que não é uma panacéia, que põe mais problemas do que soluciona”.

Em um mundo que tende para o ‘global’, só a autogestão torna efetiva a participação. Mas, ‘a autogestão não pode se isolar. Ela contém implicitamente um projeto global, destinado a preencher o vazio, mas só se ele é explicitado. Ou bem o conteúdo da autogestão, seu conteúdo social e político, se desenvolve e torna-se estratégia. Ou bem o projeto fracassa”. Pode se tornar uma ‘palavra vazia’ ou, o que é mais perigoso, tornar-se ‘cogestão’, adverte o filósofo.

Qual a contribuição da autogestão? Lefebvre aponta 3 pontos fortes;

1) Uma brecha no sistema existente, no dos centros de decisão que geram a produção e organizam o consumo sem deixar aos produtores e aos consumidores a menor liberdade concreta, a menor participação nas verdadeiras opções;

2) Um risco; a possibilidade de uma degeneração, de uma recuperação, sobretudo nas formas já bastardas e degeneradas da ‘cogestão’. Na autogestão em si mesma, os interesses parciais ou locais podem dominar os interesses gerais da sociedade;

3) O anúncio de um processo que passa pela brecha aberta e que atinge a sociedade inteira.

“É falso limitar este processo à gestão dos negócios econômicos (empresas, ramos de indústria, etc.). A autogestão implica uma ‘PEDAGOGIA’ SOCIAL. Ela supõe uma nova prática social, em todos os graus e níveis ... o processo de autogestão, prática social e teoria desta prática, implica a construção na base de uma rede de organismos; a prática e a teoria modificam o conceito clássico – na democracia formal – de representação e de representatividade. Os interesses múltiplos da base devem estar presentes e não ‘representados’, isto é delegados à mandatários separados desde então da base. A autogestão e a participação efetivas não podem se separar de um “sistema” de democracia direta ...”.

“Quanto ao conjunto e sua gestão, as técnicas novas podem intervir. Automatização à base nas forças produtivas – uso dos meios eletrônicos (computadores e calculadoras) para fornecer à uma gestão descentralizada as informações ascendentes e descendentes, estas novas técnicas fundam possibilidades novas. A condição que sejam usadas para assegurar o ‘enfraquecimento’ do Estado e da burocracia, e não para fortalecer tecnocraticamente as instituições”.

Por fim, Lefebvre retoma seu eixo central: “ a propósito da autogestão, é importante lembrar a importância da vida cotidiana ? Sem dúvidas. O processo revolucionário começa pelo abalo da cotidianidade e termina pelo seu restabelecimento”. “A autogestão mostra a via de uma transformação da vida cotidiana.” “Mudar a vida”, assim se define o sentido do processo revolucionário”.

Lefebvre afirma que : “A experiência social (prática social) mostra que as associações de autogestão surgem nos “pontos frágeis” da sociedade existente. Toda sociedade tem seus “pontos fortes” que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade.

O Estado repousa sobre estes “pontos fortes”. A política estatal tem por tarefa soldar as possíveis fissuras. Em volta destes espaços reforçados nada acontece. Todavia, entre estes “pontos fortes”, consolidados pelo Estado, encontram-se as “áreas frágeis” e as lacunas. É aí que ocorrem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em “pontos fortes”, ou, ao contrário, em “outra coisa”.

Os “pontos frágeis”, os vazios, só se revelam na prática ou à iniciativas de indivíduos capazes ou às pesquisas de grupos capazes de agir. Os “pontos frágeis” podem resultar de um “abalo” ou de uma “desestruturação” do conjunto.

Lefebvre nos oferece exemplos muito ilustrativos de suas idéias:

1) Em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. No início de 1871, a capital é o ponto fraco da França. Devido à industrialização, ao crescimento do proletariado, em razão da guerra, à derrota da proclamação da República, ao estado de sítio, e também, devido à segregação social feita por Hauussmann, à repartição dos operários nos bairros periféricos, ao emburguesamento e ao início da deterioração no centro.

Sob a Comuna, os operários projetam realizar a autogestão nas fábricas abandonadas pela burguesia de Versalhes, porém não tiveram o tempo necessário. Por infelicidade, a burguesia e seu Estado e as relações de produção capitalistas ficaram fortes fora de Paris; Thiers pode reconstituir rapidamente em Versalhes o aparelho de Estado e a Armada.

Lefebvre aponta o “ponto fraco” onde surgiu a autogestão: as fábricas abandonadas pelos patrões. É fundamental perceber sua noção de fraqueza: surge de um campo complexo de contradições, tal qual apontou inicialmente. É importante também notar que o Programa da Comuna traz 13 pontos apontando para o conjunto da sociedade francesa, não se restringindo ao campo da produção (ver abaixo).

2) Em 1917, durante a derrocada do Tzarismo, antigos pontos fortes de sua armadura sócio-política, isto é, a armada e a cidade, tornam-se pontos fracos. Juntam-se, assim, as empresas capitalistas que uma burguesia mal situada não conseguiu consolidar. Por sua vez, os setores fracos se juntam: os Soviets de soldados, de camponeses, de operários, se uniram em um imenso movimento, o da Revolução. Lembremos que Lênin proclamou a palavra-de-ordem: “Todo o Poder aos Soviets”, vendo neles mais que órgãos representativos ou destinados à eleger os representantes, mas grupos de trabalhadores associados, gerindo livremente e

diretamente seus negócios. Conjuntura surpreendente. Nunca a autogestão generalizada foi tão possível.

3) O exemplo recente da Argélia confirma nossa análise. Onde se instalou a autogestão? Nas fábricas abandonadas pelos patrões (colonos).

Para Lefebvre, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessário uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela surge porta, necessariamente, seus elementos “possíveis”: a tendência à “generalização” e à “radicalização”. Para que a autogestão se consolide, se amplie, ela deve ocupar os “pontos fortes” da estrutura social que operam contra ela.

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado; ela põe em questão o Estado: “Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado”.

“Para se generalizar, para se transformar em “sistema”, em escala de toda a sociedade –unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores - a autogestão não pode evitar o choque com o “sistema estatal-político”, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal”. O “Estado da autogestão”, isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um “Estado em extinção”.

“A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como “meio de luta”, abrindo caminho, e, como “meio de reorganização da sociedade”, a transformação “de baixo para cima” da vida cotidiana e do Estado.”

Henry Lefebvre: A Dialética “Estado x Autogestão”

A Autogestão como ‘possível’ e o “Modo de Produção Estatal”

Recorremos à Henri Lefebvre para a caracterização do que o filósofo francês, em seu longo estudo sobre “O Estado”*, chamou de ‘novo ciclo do capitalismo’, e que corresponde aproximadamente à fase que marca o último ciclo das lutas pela autogestão.

Falando de ‘globalidade’, já em 1978, Lefebvre diz: “Dêem-me um nome a esta globalidade, chame-a de ‘capitalismo’, ‘imperialismo’ ou ‘modo de produção’, etc. Lefebvre tentava, então, definir o que chamava de “Mundial”. Numa “primeira aproximação” define-o assim:

a) pelo MPE (modo de produção estatal), conceito novo...;

b) pela situação que engendram o capitalismo de Estado e o socialismo de Estado, unidos no duplo fracasso de suas pretensões assim como nos sistemas dos Estados...;

c) o campo da 'revolução mundial', conjunto de momentos e experiências que temos que fazer um balanço. Virtualidades, potencialidades e realizações, fracassos, só o conceito da revolução reintroduz a universalidade na práxis, através do utópico e da ação para o possível.

H. Lefebrev tenta definir os elementos que caracterizam a 'via nova', 'o possível'. Traça os vários elementos que compõem a "Experiência Mundial". Analisando o MPE, um dos pontos é "O fracasso da planificação autoritária e centralizada da (URSS)... O que nos traz uma 'inversão de situação'. O "socialismo" e o "marxismo" se transformam em seus contrários: dominação absoluta do Estado, ideologia do Estado, caráter opressivo do Estado, etc.

A este fracasso relativo do MPE com componentes 'socialistas' corresponde o fracasso relativo do MPE com componentes 'capitalistas' (...)

O fracasso do MPE com componentes 'socialistas' implica o fracasso de uma sociedade (de uma 'cultura' de uma civilização) fundada no trabalho e na valorização (ética, estética) do trabalho produtivo material (manual). O fracasso correspondente do MPE com componentes capitalistas implica o fracasso de uma sociedade fundada no formalismo da arte, do discurso, etc."

Outro aspecto destacado por Lefebrev: "A mundialização do Estado como morfologia hierárquica traz possibilidades de ruptura e não a estabilidade do conjunto. A experiência mundial compreende as irrupções, os afundamentos, a prodecimentos, a pulverização das unidades estatais (recentes exemplos; o Portugal... ou ainda o Chile."

Aqui, o filósofo francês faz referências a Revolução dos cravos em Portugal, dentro do último ciclo das lutas pela autogestão, e a experiência latino-americana do Governo S. Allende, no início dos anos 70.

Outro aspecto: "A revolução cultural considerada como revolução política: assalto da 'base' contra os aparelhos hierárquicos (partido, administração, instituições) se erigindo acima da sociedade.

A autogestão (a partir da prática yugoslava) com sua problemática: relações das unidades autogeridas com o mercado e os investimentos, - extensão da prática autogestionária a todo o espaço social."

Na parte final de seus 4 tomos sobre "O Estado Moderno, suas Contradições", Lefebrev declara:

"A teoria explora o possível-impossível e declara que 'é preciso' (imperativo teórico e não ético) desejar o impossível para realizar o possível. Nada mais próximo e nada mais distante que o possível. A utopia assume um caráter de 'urgência'. A utopia Urgente define um estilo de pensamento que busca o possível em todos os domínios. O que busca re-definir o 'socialismo' e o 'comunismo' não pelo estatal e o político, mas pela crítica

do estatal e do político, de uma parte, e, de outra parte, como produção, apropriação, gestão do espaço. Nem o indivíduo, nem o grupo, não existem sem um espaço apropriado (produzido como tal).

O pensamento conceitual explora as vias, avança pelos caminhos. Ele pode preceder a prática, mas não se separa dela. Só a prática, livre da obsessão política e livre da pressão estatal pode efetivamente realizar o que anuncia o emprego simultâneo do conceito e da imaginação (utopia). A teoria abre o caminho, prepara a via nova; a prática se engaja, ela 'produz' a rota e o espaço", conclui Henri Lefebvre.

Para Lefebvre, 'Duas vias se abrem e a diferença entre elas se acentua. Do lado do "socialismo de Estado", o Estado não tornar-se que mais rico, mais potente, mais fortemente equipado e armado, mais policial; do lado "capitalismo de Estado", o Estado não pode que apodrecer ou tentar também se reforçar tiranicamente.

Este duplo modelo estatal se condena a si próprio, ao passo que, discernimos, olhando o horizonte, uma outra via, uma via verdadeiramente nova. Abolição imediata do Estado? Não, mas para evitar o reforço pela esquerda ou pela direita, democracia aprofundada, incluindo segundo Marx, a ditadura do proletariado e sua extinção. Portanto, estratégia política implicando a crítica da política, da representação política. Principal perigo: a ambigüidade. Palavra de ordem: nem conversão (ao estatal em si) nem simulação (da via nova).

Henri Lefebvre traça as características das duas vias:

1) Dinâmica segundo o modelo estatal: autoritarismo, centralização. Concentração do poder. Gigantismo: armamentos, tecnicidade, empresas, cidades. Reforçamento da cúpula (o MPE reforço com o risco de cair nas mãos dos colonizadores, as firmas mundiais, cf. 'La Capitulation Silencieuse', livro de K. Levitt, que explicou plenamente essa questão).

Por uma mistificação política que lembraria sem o reproduzir a do nacional-socialismo, a submissão as firmas multinacionais pode se acompanhar de um nacionalismo que esta submissão engendra e que a justifica (...). Um tal Estado 'forte' pode fazer o povo aceitar, em seu próprio nome, as austeridades, os 'sacrifícios', e no final das contas, o funcionamento da economia dominada pelas multinacionais e a burguesia racionalmente associadas.

2) Dinâmica da 'nova via': apelo direto ao povo e à classe operária, superando os partidos de tipo centralizador (jacobinos). Não o "Estado do povo inteiro", que não significa; mas, pelo controle democrático pela base de todo o aparato estatal, portanto, mandatos imperativos e limites, não apenas aos representantes mas ao Estado mesmo (ação contra as multinacionais). Fim do segredo de Estado. Divulgação de todos os dossiers. Descentralização efetiva. Autogestão da produção e do território (com sua problemática)... Deve-se quebrar o estado existente, seus aparelhos e instituições? respondemos assim: Isto

depende. De que ? Das conjunturas. Uma tal ação não se quer. Ela se realiza. Como ? Por vias diversas, quebra, deteriorização, aprofundamento. Pelo povo que se põe em movimento, que supera as vontades e os programas políticos. Nems empre, forçosamente, pela violência terrorista e o 'golpe de Estado'. Em que consiste a reversão da situação ? Em uma atividade da base em todos os pontos de vista. Importancia, portanto, dos contra-poderes em todos os níveis, em uma luta real contra o poder político existente, mesmo e sobretudo se ele se diz 'democratico', pois esta luta (dialética) é o critério da democracia aprofundada. O que não significa sem dificuldades (ver a Yugoslavia). Enfim, tendência à inversão (supressão) das relações 'dominantes-dominados', inversão que determina a orientação de um novo processo."

Para Lefebrev, a 'primeira dinamica' tem sua lógica; ela tem por ela a lógica. Ela pode reclamar a patronagem da tradição autoritária, jacobina e 'marxista', na verdade 'lassaliana'. Ela impõe a coerencia pelo alto, pela violência e pelo terror se preciso, segundo o modelo soviético. Ela tende ao fetichismo do Estado e até a idolatria da política absoluta. Não seria ela que conduz até a violência absoluta ?

A 'segunda dinamica' pode se reclamar a titulo justo das declarações de Marx, Engels, Lenine. Ela comporta a critica da política, que compreende o momento da critica radical, teórica e pratica, do Estado e da sociedade civil; após a Comuna de Paris, ela requer mais e melhor que um programa: um projeto. Opomos fortemente o projeto ao programa, como a via ao modelo (...). esta dinâmica retoma os argumentos novos, na situação mundial atual, a tese da " ditadura do proletariado com extinção do Estado pela democracia aprofundada" . O que implica um tal movimento 'de base', uma tal pulsação das forças sociais que a ameaça da violência poderia tornar inútil a violência, sem certidão preestabelecida."

Enfim, para Henri Lefebrev, a segunda dinamica "difere das proposições de Marx, em que ela atribui uma importância decisiva ao 'espaço', seja como 'produto' (forças produtivas: trabalho, técnicas, conhecimentos) e como 'obra' (no sentido da criação estética implicando a imaginação e o imaginário, a utopia concreta e a realização efetiva)...Deste modo, se constrói uma via nova".

OBRAS DE HENRI LEFEBVRE

- La Somme et Le reste (autobiografia). Merideins Klincksieck. paris. 1989

- Logique Formelle Logique Dialectique 1.éditions Sociales. Paris. 1947
- Pour Connaitre la Pensée de Karl Marx.Bordas. paris.1956
- La Vallée de Campan.puf. paris. 1963
- Rabelais.2eme édition.paris.2001.
- Pascal. Tome premier.Nagel.1949
- la survie Du capitalisme.éditions anthropos.paris. 1973
- Posição contra os tecnocratas.nova critica.1969
- El existencialisme.Lautaro.b. Aires.1948
- Que ES la Dialectica. La pléyade.b.aires.1975
- L"idéologie structuraliste.éditions anthropos.paris.1971
- la langage et la societé.idées nrf.paris.1966
- De l"Etat 2.col. 10/18.paris.1976
- De l"Etat 3. Col. 10/18.1977
- De l"Etat 4. Col. 10/18.paris. 1978
- Abbandonare Marx ?. editori Riuniti.Roma.1983
- la Presencia y la Ausencia.fce.mexico.2006
- "key writings" (Reader).continuum.New York-London.2003